

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DE DOCÊNCIA NAS IES PÚBLICAS DO PARANÁ - ESTUDO DE CASO DOS PROFESSORES DA UNICENTRO

Amarildo Hersen¹
Gisele Zinco²

Área de conhecimento: Ciências Econômicas
Eixo Temático: Outros temas em Ciências Econômicas

RESUMO

A investigação busca identificar se as Universidades Estaduais do Paraná estão tendendo para a forma mais precária e exploratória de contratação de docentes, que se dá sob a forma de contrato temporário. A pesquisa possui fundamentação teórica como base em textos marxistas, fazendo uso dos métodos bibliográfico e estudo de caso. Os resultados indicam que a inserção das instituições de ensino superior na sociedade capitalista acaba produzindo práticas na mesma lógica da mercantilização do trabalho, assim como também a prática de uma modalidade de contrato de docentes, mais flexível e mais precária, que gradativamente vem crescendo, com tendência de se tornar hegemônica.

Palavras-chave: Ensino Superior. Estado. Exploração do Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho consciente de característica humana atribui ao homem a capacidade de recriar o mundo ao seu redor, e ao mesmo tempo lhe dá mais conhecimento de modo que modifica a si mesmo. A “força de trabalho” como é restabelecida no capitalismo se torna ainda mais significativa pela forma como é utilizada, onde além de se exteriorizar algo é possível fazê-lo administrando em escalas maiores diante das mais complexas relações sociais (BRAVERMAN, 2012).

A oposição característica na relação exploratória que se apresenta entre capital e trabalho pode ser encontrada em diversas formas de trabalho onde o trabalhador recebe uma parcela do capital que lhe é de direito de modo que garanta sua subsistência, em troca de sua “força de trabalho” (ANTUNES, 2008).

Considerando que o capital utiliza várias formas para sua reprodução, buscou-se compreender suas práticas. A relação de dependência entre os elementos Capital,

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE/Toledo-PR, docente do Departamento de Economia da UNICENTRO/Guarapuava, Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Ciências Econômicas – GPCE. E-mail: amarildoheresen@yahoo.com.br e amarildo@unicentro.br .

² Graduanda em Serviço Social pela UNICENTRO. Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação Araucária. E-mail: gisazinco94@gmail.com.br



Estado, Trabalho, se configuram como parte de um sistema onde se pode dizer que o capital tem capacidade ilimitada de poder e expansão, não se sobrepondo a ele um comandante. Nesse sentido pela simples existência do capital, o Estado é então seu subordinado, e desempenha as funções políticas e o trabalho as produtivas (CALVI, 2008).

O Estado pode ser visto de diversas formas desde a coercitiva como agente regulador, ou até a de local de representação dos diversos interesses sociais, mas diante da complexidade como se pode encará-lo ele deve ser visto como um local de constantes conflitos e divergências.

Percebe-se então o Estado como um espaço de disputa histórica por sua hegemonia de interesses que irão prevalecer. Essa disputa de interesses e vontades políticas se encontra também na educação.

Reconhecendo as universidades como campo de produção de conhecimento, a precarização do trabalho docente torna-se estimulada pelo aumento do trabalho, onde a rotina das atividades de ensino, pesquisa e extensão, demonstram uma forma de produção que é destinado cada vez mais à sua comercialização. Devido à mercantilização da educação pública, que acaba se inserindo também na forma de produção capitalista, nota-se a precarização do trabalho docente expresso nas formas de contratação adotadas pelo próprio Estado (BOSI, 2007).

Na pesquisa busca-se identificar se as Universidades Estaduais do Paraná, mediante a existência de duas formas de contratos dos professores de ensino superior, estão tendendo para a forma mais precária e exploratória que é o contrato temporário.

2 PANORAMA GERAL DAS IES PÚBLICAS DO PARANÁ E REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PANORAMA DAS IES PÚBLICAS DO PARANÁ

De início é necessário identificar como está organizada a distribuição e localização das instituições de ensino superior de responsabilidade do Governo do Estado, bem como parte do seu processo de formação em um breve retrospecto sobre as Instituições Estaduais de Ensino Superior:



A Universidade Estadual de Londrina (UEL) é uma instituição pública de ensino superior, localizada na cidade de Londrina, Paraná. Foi organizada a partir da junção de cinco faculdades, Faculdade Estadual de Direito de Londrina, criada em 1956, passou a funcionar em 1958, Faculdade Estadual de Filosofia, Letras de Londrina, criada em 1956, passou a funcionar em 1958, Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina, criada em 1962, Faculdade de Medicina do Paraná criada em 1967, passou a funcionar em 1968. A UEL foi criada em 28 de janeiro de 1970, está dividida em 9 centros que oferecem 68 cursos de graduação, além de cursos de pós-graduação nível de especialização, mestrado e doutorado (UEL, 2009).

A Universidade Estadual de Maringá (UEM) está localizada no noroeste do Paraná, região com mais de dois milhões de habitantes. Está organizada nos campus de Maringá, Umuarama, Cianorte, Goioerê, Diamante do Norte e Cidade Gaúcha, além da Fazenda Experimental de Iguatemi, da Base Avançada de Pesquisa em Porto Rico e do Centro de Pesquisa em Piscicultura em Floriano. Foi criada no ano de 1969, agregando às faculdades estaduais existentes que atendiam às necessidades de ensino superior na cidade: Faculdade Estadual de Ciências Econômicas, criada em 1959; Faculdade Estadual de Direito, criada em 1966 e Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1966. Sob forma de fundação de direito público, a UEM foi reconhecida em 11 de maio de 1976, pelo governo e tornou-se autarquia, mantendo a mesma denominação. Atualmente, oferece 52 cursos de graduação, 93 de especialização, 28 de mestrado e 12 de doutorado (UEM, 2013).

Localizada na Região Centro Oriental do Estado, a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), criada pelo governo do Estado do Paraná em 6 de novembro de 1969, resultado da incorporação das faculdades estaduais já existentes e que funcionavam isoladamente, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e letras de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa. A personalidade jurídica de cada uma delas foi extinta no ato da criação da Universidade sob o regime de fundação de direito público. Em 2013 a UEPG oferece 38 cursos dentre eles licenciatura e bacharelado. Além de cursos de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado (UEPG, 2013).



No Oeste do Paraná surge a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), depois de uma integração de fundações municipais mantenedoras de quatro faculdades, se localiza no município de Cascavel, mantida pelo Governo do Estado, a Universidade possui quatro *campi*, além da sua sede, que se localizam nos municípios de Cascavel (sede), Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Marechal Candido Rondon e Toledo. Fundada em 1988, a instituição só veio a ser conhecida por UNIOESTE em 1994, atualmente conta com 55 cursos de Graduação, além de cursos de pós-graduação, *lato sensu* e *stricto sensu* (UNIOESTE, 2013).

Instalada na mesorregião Centro-Sul do Estado, a UNICENTRO conta com mais de cinquenta municípios em sua região de abrangência, compreendendo uma população de mais de 1 milhão de habitantes, ela surgiu da fusão de duas Faculdades: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati. No ano de 1997, depois de concluído seu processo de reconhecimento a instituição iniciou seu processo de expansão, implantando novos cursos em diversas áreas do conhecimento, contanto, atualmente, com 59 ofertas de cursos, sendo 28 em Guarapuava, 16 Irati, 2 em Chopinzinho, 5 em Laranjeiras do Sul, 3 em Pitanga e 5 em Prudentópolis. Atualmente a UNICENTRO conta com 14 cursos de mestrado e 3 de doutorado (UNICENTRO, 2013).

A Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) foi criada em 28 de setembro de 2006, e autorizada em 2008 com sede na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná, e *campi* nas cidades de Jacarezinho, Bandeirantes e Cornélio Procópio, reunindo as antigas instituições de ensino superior: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho - FAFIJA; Faculdade de Educação Física e Fisioterapia de Jacarezinho - FAEFIJA; Faculdade de Direito do Norte Pioneiro - FUNDINOPI; Fundação Faculdades Luiz Meneghel - FFALM e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio - FAFICOP. Ela é uma autarquia estadual de regime especial descentralizada geograficamente e goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, regendo-se por seu estatuto, pelo seu regimento geral e pelas resoluções de seus conselhos, obedecendo às legislações federal e estadual. São oferecidos 23 cursos de graduação, nas mais diversas áreas de conhecimento, vários cursos de pós-

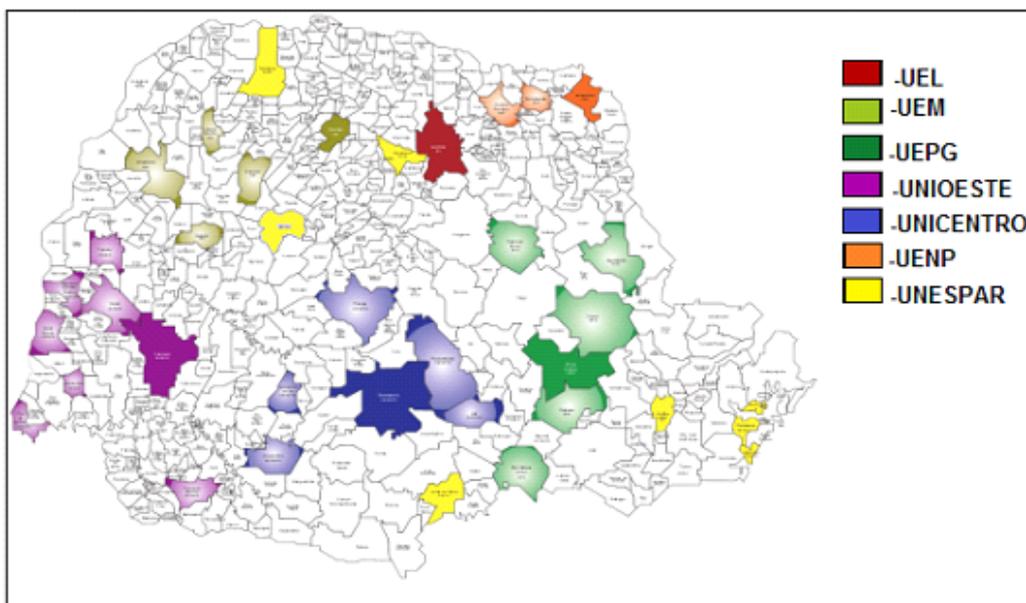


graduação *lato sensu* e dois cursos de pós-graduação *stricto sensu*: em Ciência Jurídica e em Agronomia (UENP, 2013).

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) foi criada em 2012. A instituição é a sétima Universidade Estadual do Paraná e está em fase de implantação pelo formato multicampi. Reúne oito faculdades que anteriormente eram isoladas: Escola de Música e Belas Artes do Paraná (Emba); Faculdade de Artes do Paraná (FAP); Academia Policial Militar do Guatupê (agora nomeada Escola Superior de Segurança Pública); Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (Fecilcam); Faculdade Estadual de Educação, Ciência e Letras de Paranaíba (Fafipa); Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (Fafipar); Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (Fecea) e Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (Fafiu) (APRAPR, 2013).

Com o auxílio da Figura 1, é possível visualizar a distribuição de forma objetiva das Universidades de responsabilidade do Governo do Estado do Paraná demonstrando assim a região do território paranaense atendida por cada uma delas.

Figura 1: Distribuição das Universidades Estaduais no Paraná (2013).



Fonte: SETI - Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Na subseção seguinte tem-se a abordagem teórica de cunho Marxista sobre o trabalho humano.



2.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O trabalho surgiu com o propósito de satisfazer as necessidades humanas, em meio à busca pela sobrevivência, e seu modo utilizado para alcançar determinadas finalidades, na pretensão de satisfazê-las. O trabalho entendido como exclusivamente pertencente ao homem, **é o tratado em Marx como teleológico**, definindo a capacidade humana de objetivar e exteriorizar, o que antes era apenas subjetivo, idealizar o produto que deve ser resultante do processo de trabalho, se tratando deste como um trabalho consciente, composto por características próprias, diferente de outros animais, como:

O trabalho humano é consciente e proposital, ao passo que o trabalho dos outros animais é instintivo. As atividades instintivas são inatas antes que aprendidas, e representam um padrão relativamente fixo para a liberação de energia ao receber estímulos específicos (BRAVERMAN, 2012, p. 50).

O homem possui desse modo, a capacidade de criar e recriar o que está ao seu redor e também a si mesmo. O trabalho que ultrapassa a atividade instintiva é assim a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como o conhecemos. O trabalho é uma atividade que altera o estado natural desses materiais para melhorar sua utilidade. Desse modo muitas plantas e animais utilizam para sua sobrevivência, meios já prontos e encontrados na natureza, sem a necessidade de modificá-los. Outros, até certo ponto, imprimem novas características a essas matérias utilizando-as como matéria-prima de modo a transformá-la para melhor satisfazer suas necessidades.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera (ANTUNES, 2008, p.36).

A categoria humana “força de trabalho”, também se diferencia das demais espécies no que diz respeito à ligação, indivisível em outras espécies, entre o impulso e a efetiva realização de seus atos, já na espécie humana:

[...] diferentemente dos animais, não é inviolável a unidade entre a força motivadora do trabalho e o trabalho em si mesmo. *A unidade de concepção e execução pode ser dissolvida*. A concepção pode ainda continuar e governar a execução, mas a ideia concebida por *uma pessoa* pode ser executada por *outra* (BRAVERMAN, 2012, p.53, grifo do autor).

Tornando nesse sentido, possível o modo de produção capitalista vigente, onde o trabalho pode ser idealizado por uma pessoa e realizado por outra, e até mesmo, um grupo de pessoas. “O maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte



dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho” (SMITH, 1996, p.65).

Diante deste quadro, o trabalho humano passa a ser caracterizado como “produtos não da biologia, mas das complexas interações: entre ferramentas e relações sociais; tecnologia e sociedade” (BRAVERMAN, 2012, p.54). O “Trabalho é a atividade desenvolvida pelo homem, sob determinadas formas, para produzir a riqueza. São as condições históricas que lhe dão validade e estabelecem o seu limite” (OLIVEIRA, 2001, p. 5). Iniciam-se no processo histórico do trabalho esses limites impostos, e quando observados, dão a possibilidade de compreender os caminhos percorridos por diversas sociedades desde sua formação até sua atual conjuntura, e também a reestruturação, renovação e superação, de seus modos de produção:

Em síntese, o modo de produção dominante, que convive com outros modos de produção subordinados, determina a organização e a execução dos processos do trabalho que são produtos das relações sociais (OLIVEIRA, 2001, p. 6).

Sendo essas mesmas “relações sociais” determinantes das condições de trabalho, sob domínio de uma estrutura econômica que historicamente se apresenta através das lutas de classes, contra diversas formas de apropriação e coerção do trabalho. Portanto, “É interessante observar ainda que o avanço tecnológico da produção é sempre produzido pelas relações sociais reprodutoras das estruturas dominantes” (OLIVEIRA, 2001, p. 7). E ainda:

Não é o que se faz, mas como, com que meio de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas. Os meios de trabalho não são só mediadores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha (ANTUNES, 2008, p.39).

O trabalho é construído historicamente e culturalmente pelo homem, e mesmo que se seja realizado de maneira orientada, possui caráter “plástico”, dessa maneira o empregador está contratando seu empregado que pode imputar diferentes potenciais de trabalho, em decorrência das distintas condições que está inserido socialmente, “[...] O que ele compra [empregador] é infinito em *potencial*, mas limitado em sua *concretização* [...]” (BRAVERMAN, 2012, p.58, grifo do autor). Quanto à produção de excedente:

O que distingue a força de trabalho humano é, portanto, não sua capacidade de produzir um excedente, mas seu caráter inteligente e proposital, que lhe dá infinita adaptabilidade e que produz as condições sociais e culturais para ampliar sua própria produtividade, de modo que seu produto excedente pode ser continuamente ampliado. [...] Torna-se, portanto fundamental para o capitalista que o controle sobre o processo de trabalho passe das mãos do trabalhador para as suas próprias. Esta transição apresenta-se na história como a *alienação progressiva dos processos de produção do trabalhador* [...] (BRAVERMAN, 2012, p.58-59, grifo do autor).



A oposição entre capital e trabalho se evidencia em escalas, desde cada empresa até nacionalmente ou internacionalmente, na dualidade dessa luta de classes inerente ao próprio sistema capitalista, no entanto se faz necessária uma identidade da relação existente entre ambas as partes elementares desse sistema, onde se entende que:

O capital é trabalho: é trabalho que foi realizado no passado, o produto concretizado de precedentes fases do ciclo de produção que só se torna capital mediante apropriação pelo capitalista e seu emprego na acumulação de mais capital. Ao mesmo tempo, como trabalho vivo que é comprado pelo capitalista para acionar o processo de produção, *o trabalho é capital* (BRAVERMAN, 2012, p.319, grifo do autor).

Dessa forma, o trabalhador recebe uma parcela do capital para sua subsistência, e para iniciar um novo período de produção. E seja qual for o elemento desse processo de produção – meio de produção, dinheiro, produto – eles já foram antes trabalho.

A classe trabalhadora é então quem realiza o ciclo de produção capitalista e, no entanto sua existência social e política estão fora do alcance direto do capital. E o processo acumulativo deste mesmo capital, é o que determina e caracteriza sua existência, ocupação, distribuição das atividades na sociedade e modo de trabalho, nessas condições em que a classe trabalhadora se encontra ela: “É captada, liberada, arremessada pelas diversas partes da maquinaria social e expelida por outras, não de acordo com sua própria vontade ou atividade própria, mas de acordo com os movimentos do capital” (BRAVERMAN, 2012, p.320).

Com o crescimento rápido de ocupações mal pagas e logo insuficientes para atender as necessidades de uma família, tornou-se comum o emprego múltiplo por membros da família, gerando descontentamento pela dificuldade em manter ocupação em tempo integral. Essa tendência que Marx chama de “acumulação da miséria, correspondendo à acumulação de capital”.

O sistema capitalista monopolista gerou outra massa de emprego, a classe média, que corresponde a algumas características do proletariado (mas não integralmente) vendendo sua força de trabalho para garantir sua subsistência. A classe média atua com o objetivo de gerar mais capital, e do mesmo modo, não possui acesso ao meio de produção fora do ambiente de trabalho.

[...] Esta parcela do emprego abrange engenheiros, técnicos, quadro científico, os níveis inferiores da supervisão e gerência, o considerável número dos empregados especializados e ‘liberais’ ocupados em mercadejamento, administração financeira e organizacional e semelhantes, fora da indústria capitalista, em hospitais, escolas, repartições públicas etc” (BRAVERMAN, 2012, p.341).



Porém diferente da pequena burguesia, que se sentia excluída do processo de compra e venda de trabalho pelo capital, no capitalismo pré-monopolista, no capitalismo monopolista - concentração e centralização do capital - a “nova classe média”:

[...] em contraste, ocupa sua posição intermediária não porque esteja *fora* do processo de aumento do capital, mas porque, como parte desse processo, ela assume características de *ambos os lados*. Não apenas ela recebe suas parcelas de prerrogativas e recompensa do capital como também carrega as marcas da condição proletária (BRAVERMAN, 2012, p. 344- grifo do autor).

Toda forma de trabalho que produz algo, e aumenta o capital como consequência, é considerado trabalho produtivo, tendo por objetivo a geração de lucro, “o capital é assim não dinheiro trocado por trabalho; é dinheiro trocado por trabalho com o objetivo de apropriar-se daquele valor que ele cria no que é pago e acima do que é pago, o valor *excedente*” (BRAVERMAN, 2012, p. 344 - grifo do autor), certos empregos, de determinadas finalidades, mesmo sendo necessários ao modo de vida capitalista, por não gerar lucro, é considerado improdutivo.

E quanto à revolução técnico-científica, e a mecanização crescente, faz aumentar também a necessidade de aperfeiçoamento do trabalhador para operar as máquinas, dando cada vez menos controle do processo de trabalho a quem o aciona, e dessa forma o trabalhador se apropria cada vez menos do que produz.

Utilizando este embasamento é possível localizar o exercício do trabalho na docência, que se faz valer da capacidade unicamente humana de exteriorização, de modo que a princípio se espera possuir o poder de transformar e recriar o que está ao seu redor. No entanto essa categoria profissional como parte de uma classe média que foi gerada no sistema capitalista monopolista, se encontra inserida em um panorama de relações sociais e suas características são também condições resultantes da ação humana na vida em sociedade, e, portanto resultado de direcionamentos históricos e políticos, no que concernem as instituições públicas de ensino são dependentes das respostas do Estado por meio das políticas públicas.

Compreendendo as políticas sociais em um contexto de inserção histórica

o conjunto de objetivos, ações e normas adotado pelo Estado segundo a dos conflitos e dos compromissos vigentes numa sociedade de classes que, embora idealmente voltada para o cumprimento dos direitos sociais básicos é condicionado por e condicionada as relações político-ideológicas e econômicas e tem como principal fundamento o controle do poder político o que pode, tendencialmente transformá-lo em meio de dominação de uma classe sobre outra” (OLIVEIRA *apud* LUPORINI, p.2).

O Estado é entendido como um espaço de disputa histórica por sua hegemonia de interesses que irão prevalecer. Essa disputa de interesses e vontades políticas se encontra também na educação. Além do mais a tendência da produção



de conhecimento científico, e do conhecimento tecnológico, mostra que apesar de uma mão de obra cada vez mais aperfeiçoada, ela continua obedecendo à mesma lógica do mercado e utilizando, por exemplo, critérios quantitativos para mensurar sua produtividade, o que acarreta em uma forma cada vez mais precária de trabalho.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa está organizada a partir de dois métodos: primeiramente o método bibliográfico e posteriormente o estudo de caso. Fazendo uso do método bibliográfico é possível a exploração do tema, pois segundo Lakatos e Marconi (2003) esse método fornece ao pesquisador contato com material já elaborado de diversas fontes bibliográficas a cerca de seu objeto de estudo.

[...] Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 183).

A revisão da literatura ajuda o pesquisador a construir sua pesquisa, servindo como base para sua estruturação, tanto para abordar a mesma questão de forma distinta reformulada, quanto para levantar novas formulações. Segundo Laville & Dionne (1999, p.112):

Nela tenta encontrar essencialmente os saberes e as pesquisas relacionadas com sua questão; deles se serve para alimentar seus conhecimentos, afinar suas perspectivas teóricas, precisar e objetivar seu aparelho conceitual. Aproveita para tornar ainda mais conscientes e articuladas suas intenções e, desse modo, vendo como outros procederam em suas pesquisas, vislumbrar sua própria maneira de fazê-lo.

O método do estudo de caso permite o aprofundamento de maneira ampla e detalhada do estudo de fenômenos, de maneira rigorosa, a pesquisa tem como característica a análise exaustiva de um ou poucos objetos, esse método tem sua origem na pesquisa médica e foi adaptado às ciências sociais com a finalidade de focar em determinado objeto, de modo que preserve o caráter do mesmo, e ainda possibilite sua descrição, formulação de hipóteses e teorias, definindo limites em situações complexas que propiciem explicações de suas causas e prováveis variáveis, delimitando fronteiras em uma investigação empírica sobre um fenômeno atual no seu contexto real (GIL, 2002).

Diferente de outros métodos de pesquisa que partem da generalização como ponto inicial para esclarecer sua questão, o estudo de caso busca o entendimento de um



representante análogo para posteriormente generalizá-lo. A denominação estudo de caso faz referência exatamente ao estudo de um caso em particular, oferecendo desse modo a possibilidade de examiná-lo profundamente, e as conclusões tiradas pelo pesquisador devem ser passíveis de generalização, devendo haver cuidado no momento que se escolhe o caso selecionado na medida em que possa representar os demais (LAVILLE; DIONNE, 1999).

A partir do que se entende por esses dois métodos a pesquisa se estruturou da seguinte forma: foram feitas revisões literárias a cerca do tema a ser discutido, a exploração do trabalho, focando principalmente nos textos marxistas, a fim de agregar conhecimento e separar o conteúdo relevante para pesquisa. E embasado nesse conhecimento adquirido foi realizada a investigação de um estudo de caso, o contexto empírico, desta fase da pesquisa se deu na Universidade do Centro-Oeste do Paraná, através da análise contratual dos professores efetivos e temporários.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A vivência dos docentes vem se tornando cada vez mais precária, e isso se expressa não somente através das relações contratuais, relacionadas a flexibilização dos direitos e contratos trabalhistas, como também nas dimensões que constituem a profissão em ensino, pesquisa e extensão. Muitos fatores estão caracterizando a desvalorização e intensificação dessa rotina dos docentes de ensino superior, mas a mercantilização crescente da educação no nível superior e a expansão pela via privada é “expressão também de uma tendência mundial de reforma sobre os direitos sociais e funções do Estado, e a educação passou a ser tratada como setor de serviço não-exclusivo do Estado” (BOSI, 2007, p.1507).

Dessa maneira, a Reforma encolhe o espaço público democrático dos direitos e amplia o espaço privado não só ali onde isso seria previsível – nas atividades ligadas à produção econômica –, mas também onde não é admissível – no campo dos direitos sociais conquistados (CHAUÍ, 1999, p.1)

A direção tomada pela ciência, e sua produção de conhecimento, fica claramente voltada ao capital quando se trata de sua mensuração por critérios quantitativos de produtividade dentro de uma jornada de 40 horas, e os valores que a produção deste profissional pode trazer tanto para ele quanto para a instituição relacionados aos projetos, patentes, aulas, orientações, publicações etc. Nas



atividades de extensão as formas de remuneração comumente utilizadas têm sido “bolsas de pesquisa” e “adicionais”. E assim como os recursos destinados a subsidiar as pesquisas, são destinadas as áreas de conhecimentos consideradas mais rentáveis, do ponto de vista econômico, mesmo assim grande maioria das instituições públicas de Ensino Superior precisa de melhorias em sua estrutura para desenvolver as atividades.

Estimulando a competição:

De fato, a inclusão nesse sistema opera uma diferenciação entre os docentes de maneira a estimular a conformação de uma “elite” definida como tal pelo desempenho [...] da produtividade acadêmica. [...] Em essência, geralmente passa despercebido que sua suposta genialidade é eleita por critérios definidos pelos interesses do mercado e que, ela mesma, é produto da própria escassez dos recursos que se tornam alvo de disputa (BOSI, 2007, p.1516).

Como parte constituinte da sociedade, inserida também em um contexto de mudança social, as instituições de ensino superior representam um exemplo de local onde é possível perceber a relação hierárquica do capital-trabalho, de sua forma de produção fragmentada capitalista, na esfera social.

Apesar da aparente consciência, e também do grande conhecimento a disposição dos docentes, eles se encontram em uma situação historicamente determinada de produtividade inerente ao capitalismo. Com a “impressão de agentes conscientes do sistema” (Bosi, 2007) a internalização de uma prática econômica representando a subordinação do conhecimento a uma lógica de produção.

“Portanto, é certo que tal crescimento da força de trabalho foi (e continua sendo) marcado pela flexibilização dos contratos trabalhistas [...] Nesse sentido, é também que tornando numericamente predominante, o trabalho, considerado precário e informal tende a converter-se em medida para todo tipo de trabalho restante” (BOSI, 2007, p.1510).

O discernimento entre o que é ou não uma universidade autônoma sob essa nova perspectiva se encontra limitado, tornando aspectos como: gestão da receita, liberdade de captar recursos, e investimentos de fora da universidade, etc (CHAUÍ, 1999).

Na linguagem do Ministério da Educação, “flexibilizar” significa: 1) eliminar o regime único de trabalho, o concurso público e a dedicação exclusiva, substituindo-os por “contratos flexíveis”, isto é, temporários e precários; 2) simplificar os processos de compras (as licitações), a gestão financeira e a prestação de contas (sobretudo para proteção das chamadas “outras fontes de financiamento”, que não pretendem se ver publicamente expostas e controladas); 3) adaptar os currículos de graduação e pós-graduação às necessidades profissionais das diferentes regiões do país,



isto é, às demandas das empresas locais (aliás, é sistemática nos textos da Reforma referentes aos serviços a identificação entre “social” e “empresarial”); 4) separar docência e pesquisa, deixando a primeira na universidade e deslocando a segunda para centros autônomos (CHAUÍ, 1999, p.2).

As universidades legitimadas como campo não só de reprodução, mas de produção do conhecimento, é reconhecidamente um local que possibilita a emancipação humana, e historicamente reconhecida pela grande importância na transformação social. Logo, é de fundamental importância diferenciar suas formas de ações, refletir sobre o papel que vem adquirindo ao longo do tempo, tanto quanto suas respostas frente à sociedade, principalmente por se tratar de uma instituição pública “[...] Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa [e não] [...] tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares (CHAUÍ, 1999, p. 3).

4.1 DOCENTES COLABORADORES E ESTATUTÁRIOS NAS IES PÚBLICAS DO PARANÁ

Independentemente do fato da instituição de ensino público fazer parte do sistema de ensino estadual ou federal, é notória a prática de uma segunda modalidade de contrato de docentes, este mais flexível e mais precária que a tradicional (concurso/carreira), que gradativamente vem se tornando predominante e hegemônica, dada a parcela do produto total do trabalho que absorve, servindo de medida para o trabalho da classe.

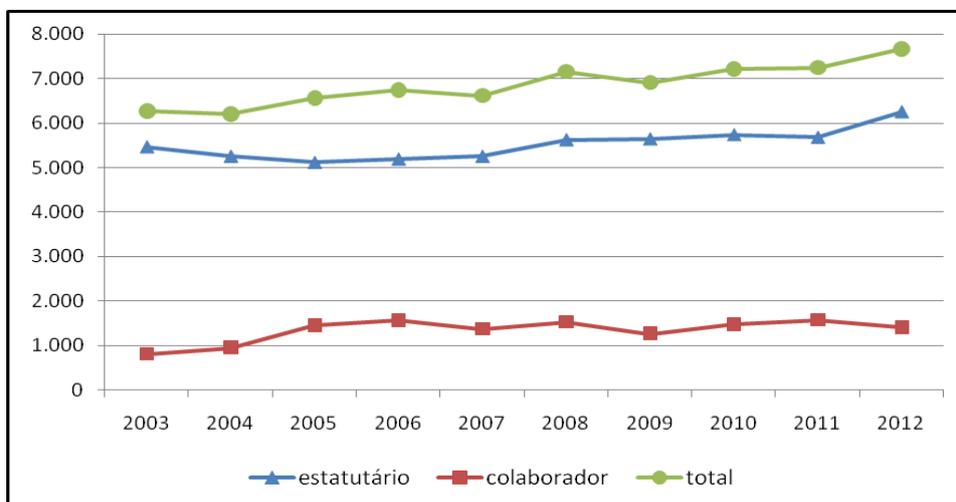
Essa segunda e mais precária forma de contratação de docentes de ensino superior, do Estado do Paraná, por tempo determinado, é regulamentada pela seguinte legislação: i) Lei 6.174 de 16 de novembro de 1970; ii) Lei Complementar 108, de 18 de maio de 2005; iii) Lei Complementar 121, de 29 de agosto de 2007. Após o ato de aprovação legal, dessa segunda forma de contrato, os números de contrato apresentam crescimento constante.

Com auxílio da Figura 2 nota-se que, no período de 2003 a 2012, muito distante da eliminação e redução de contratos de trabalho precários, dos docentes de ensino superior no Paraná, ocorreu uma ampliação no número de contratos. Também, é possível perceber a substituição de contratos, considerando que os



períodos de baixa do número de professores estatutários coincidem com o aumento do número de professores colaboradores no Paraná.

Figura 2: Total de docentes das IES públicas paranaenses (2003-2012)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir da SETI - Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

O mais preocupante é que, no período, além de não haver a contratação de docentes exclusivamente na modalidade de estatutário, houve um aumento da participação de professores temporários no quadro de docentes do Estado. Essa realidade, que pode ser observada na Tabela 1, reforça o entendimento que estamos caminhando para uma precarização ainda maior dos contratos de trabalho dos professores do ensino superior público estadual no Paraná.

Tabela 1: Índice de participação de docentes do ensino superior das IES estaduais, por tipo de contrato (2003-2012)

Ano/Contrato	Estatutário	Colaborador
2003	87,1%	12,9%
2004	84,7%	15,3%
2005	77,9%	22,1%
2006	76,9%	23,1%
2007	79,3%	20,7%
2008	78,6%	21,4%
2009	81,7%	18,3%
2010	79,6%	20,4%
2011	78,4%	21,6%
2012	81,6%	18,4%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da SETI - Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.



No ano de 2003 os contratos temporários das IES estaduais representavam menos de 13% do total já, ao final do período analisado, em 2012 este número foi superior a 18%. Dentro desse período geralmente o percentual ultrapassou o índice de 20% de participação – em 2006 chegou a atingir 23,1%. O ano de 2012 não teve índice maior porque em 2010 as IES tiveram autorização, por parte do Governo do Estado, para promover concurso público e os docentes aprovados assumiram exatamente no último ano da análise, suavizando a tendência da precarização dos contratos de trabalho.

4.1.1 Docentes colaboradores e estatutários: caso UNICENTRO

As atribuições dos docentes de ensino superior devem ser direcionadas para atividades de ensino, pesquisa e extensão, isso para cumprir o propósito de existência das universidades. O fato é que o contrato de professor colaborador, firmado para um período não superior a doze meses e de prorrogação não superior a mais doze meses, impede os docentes temporários, mesmo dotados de aptidão e disposição, a participarem e proporem projetos extensionistas e de pesquisa mais robustos, com período superior a doze meses, pelo fato da incerteza de continuidade de seu contrato, ou não haver possibilidade de renovação, por estar se aproximando dos vinte e quatro meses possíveis de contrato para um teste seletivo.

Em decorrência da impossibilidade legal de contrato temporário de docentes por período maior que doze meses tem-se evasão desses docentes das atividades de pesquisa e extensão, concentrando suas atividades no ensino. Essa realidade pode ser notada com as informações expostas na Tabela 2.



Tabela 2: Horas de dedicação a atividades de pesquisa e extensão, UNICENTRO, 2013.

Atividade de Pesquisa e Extensão	Regime (h/a)	
	Especial	Estatutário
Pesquisa Continuada (PqC)	0	2567
Programa de Extensão Permanente	0	33
Projeto de Extensão Permanente	0	268
Projeto de Extensão por tempo determinado	34	218
Projeto de Pesquisa Especial (PqE)	4	4
Projeto de Pesquisa Isolada (PqI)	0	1154
Total	38	4244

Fonte: UNICENTRO (2014).

Como resultado, a atividade dos docentes temporários se concentra hegemonicamente no ensino, de forma muito mais intensa que dos docentes estatutários, conforme comparação proposta na Tabela 3.

Tabela 3: Horas de dedicação ao ensino na graduação, por tipo de contrato, UNICENTRO, 2013.

Tipo de contrato	N de docentes	Horas aula na graduação			Total de horas	Proporção hora/docente
		Atendimento	Em sala	Preparação		
Colaborador	286	1.989	3.729	1.505	7.223	25,3
Estatutário	537	1.740	3.191	1.170	6.101	11,4

Fonte: UNICENTRO (2014).

O número de professores colaboradores equivale a 53% do número de professores estatutários, contudo o somatório de horas dedicadas à graduação por parte dos professores colaboradores equivale a 18,4% além das horas dedicadas a graduação por parte dos professores estatutários. Isso é reflexo da maior possibilidade por parte dos docentes estatutários para atuar em atividades de pesquisa, extensão e até mesmo administrativas e de pós-graduação e, também, da menor possibilidade de atuação por parte dos professores cujo contrato é de caráter temporário.

As distintas formas de contrato estão induzindo às distintas formas de atuação de profissionais que teoricamente foram contratados para a mesma função. Esses dois grupos poderiam ser classificados, por conta do perfil de atuação, como: Grupo de Pesquisadores/Extensionistas e Grupo de “Aulistas”. O primeiro grupo é



composto por professores, em média, com maior titulação e currículos mais robustos, dado o forte envolvimento com a pesquisa, fortalecida pela participação destes nos programas de mestrado e doutorados das instituições de ensino. O segundo grupo, formado por verdadeiros “operários de sala de aula”, é composto por docentes que sem vêem impossibilitados de agregar atividades de pesquisa e extensão, atuando assim, praticamente de forma exclusiva, na função de ensino.

Essa discriminação, fruto da mercantilização do ensino superior, estimulada pela existência de previsão legal tende a se fortalecer em decorrência da tendência de alta dos contratos temporários de professores para as IES do Paraná. Uma análise mais detalhada pode levar a percepção de que o segundo grupo evidenciado proporciona, para o poder público, um custo menor considerando que professores desse grupo não desfrutam, por exemplo, da possibilidade de ascensão de classe prevista na Lei 11.713 de 07 de maio de 1997.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa consistiu em verificar se as Universidades Estaduais do Paraná, mediante a existência de duas formas de contratos dos professores de ensino superior, estão tendendo para a forma mais precária e exploratória que é o contrato temporário. Os métodos de investigação adotados foram o bibliográfico e estudo de caso.

Diante das reflexões feitas a cerca da exploração do trabalho pelo capital o caso do trabalho na docência, onde as universidades são campo de produção de conhecimento, a precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior se apresenta como uma das formas de tal apropriação do valor gerado pelo trabalho.

É possível perceber a partir do estudo de caso realizado que **esta** prática de contrato é mais uma forma de precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior, além do número de horas trabalhadas possuir uma grande diferença, a rotina das atividades de ensino, pesquisa e extensão ser dividida de forma diferenciada, e as formas de contrato acabam induzindo às distintas formas de atuação de profissionais contratados para uma mesma função. Demonstram uma forma de produção que é destinada cada vez mais a sua comercialização e



mercantilização da educação pública essa forma mais precária do exercício da profissão acaba recebendo estímulos pelas formas de contratação adotadas pelo Estado.

Em suma a busca por uma possível tendência das Universidades Estaduais do Paraná, entre as duas formas de contratos dos professores de ensino superior, em pender para a forma mais precária e exploratória que é o contrato temporário, possibilitou perceber o quanto após o ato de aprovação legal, dessa segunda forma de contrato, os números de contrato apresentam crescimento constante. E a direção tomado por uma produção de conhecimento voltada aos interesses do capital, provocando essa discriminação cada vez mais presente e fortalecida, formando dois grupos distintos já que os professores temporários raramente conseguirão atuar como pesquisadores ou extensionistas atuando praticamente de forma exclusiva, na função de ensino.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (Org.). **A Dialética do Trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 196 p.

BOSI, Antônio de Pádua. **A Precarização do Trabalho Docente nas Instituições de Ensino Superior do Brasil Nesses Últimos 25 Anos**. *Educ. Soc.* Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Tradução: Nathanael C. Caixeiro. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 379 p.

CALVI, Kéttini Upp. **O controle social nos Conselhos de políticas e de direitos**. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 09-20, jan./ jun. 2008.

CHAUÍ, M. **A universidade operacional**. Folha On-line. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_1_3.htm>. Acesso em: 25 set. 2013.

DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. **A Construção do Saber**. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1999.

Gil, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4º Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.



LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do saber – manual de metodologia em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LUPORINI, Teresa Jussara. Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná- unics. **ENSINO SUPERIOR NO PARANÁ: A MEMÓRIA DA REGIÃO SUDOESTE**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/hWyHuZiv.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. **História do Trabalho**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2001. 94 p. (Princípios, 93).

PARANÁ (Estado). **Casa Civil: Sistema Estadual de Legislação. Lei Complementar nº. 6.174**, de 16 de novembro de 1970. Estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=10297&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

PARANÁ (Estado). **Casa Civil: Sistema Estadual de Legislação. Lei Complementar nº. 108**, de 18 de maio de 2005. Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, conforme especifica. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=7352&codItemAto=62239>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

PARANÁ (Estado). **Casa Civil: Sistema Estadual de Legislação. Lei Complementar nº. 121**, de 29 de agosto de 2007. Dá nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº. 108/2005, conforme especifica. OBS: JULGADA INCONSTITUCIONAL. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=7248&codItemAto=60510>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

PARANÁ (Estado). **Casa Civil: Sistema Estadual de Legislação. Legislação nº. 11.713**, de 07 de maio de 1997. Dispõe sobre as Carreiras do Pessoal Docente e Técnico-Administrativo das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná e adota outras providências. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=5808&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

SETI - Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Paraná). **Instituições Estaduais de Ensino Superior**. Disponível em: <<http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=51>>. Acesso em: 05 set. 2013.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v.1. sem paginação.

UEL (Paraná). **Universidade Estadual de Londrina: PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento**. Disponível em:



<http://www.uel.br/proplan/plano_diretor_2010_2015/texto_numerado_Plano_Diretor.pdf>. Acesso em: 05 set. 2013.

UEM (Paraná). **Universidade Estadual de Maringá: Histórico** Disponível em: <http://www.uem.br/index.php?option=com_content&task=view&id=55&Itemid=205>. Acesso em: 05 set. 2013.

UNIOESTE (Paraná). **História.** Disponível em: <<http://www.unioeste.br/reitoria/historia.asp>>. Acesso em: 05 set. 2013.

UEPG (Paraná). **Universidade Estadual de Ponta Grossa: Histórico** Disponível em: < <http://portal.uepg.br/institucional/universidade/historico.php>>. Acesso em: 05 set. 2013.

UNICENTRO (Paraná). **Histórico Institucional.** Disponível em: <http://www.unicentro.br/dirai/historico/historico_unicentro_rec.pdf>. Acesso em: 05 set. 2013.

UNICENTRO (Paraná). **PIAD & Plano de Ensino: Revisão 2º Semestre de 2013.** Guarapuava: SGU, 2014.

UENP (Paraná). **A UENP.** Disponível em: <<http://www.uenp.edu.br/index.php/institucional>>. Acesso em: 05 set. 2013.

UNESPAR (Paraná). **Criada UNESPAR.** Disponível em: <<http://www.aprapr.org.br/2013/06/26/lei-17590-12-de-junho-de-2013-criada-unespar-apmg/>>. Acesso em: 07 set. 2013.

